



Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História

ISSN: 0104-236X

anos90@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Murari, Luciana

A construção da identidade social na literatura regionalista: o caso sul-rio-grandense

Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 17, núm. 32,
diciembre-, 2010, pp. 159-183

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=574069161007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A construção da identidade social na literatura regionalista: o caso sul-rio-grandense

Luciana Murari¹

Resumo. Este artigo busca analisar, a partir de um estudo da literatura regionalista produzida no Rio Grande do Sul no período entre os últimos anos do século XIX e 1930, os mecanismos empregados para a criação e a difusão da identidade social gaúcha. Estudam-se obras de diversos autores, à procura da definição de um projeto literário voltado para dotar o estado de uma particularidade no contexto nacional. Para tal, empregamos o conceito de “*check-list* identitário”, referente à definição e divulgação de elementos tidos como “típicos” da região, e que incluem símbolos tomados de empréstimo à natureza, à história, à etnicidade, às práticas sociais, à variação linguística, à cultura popular. Em seguida, estuda-se a relação entre estas manifestações regionalistas e o pressuposto nacionalista desta literatura, buscando definir a especificidade do Rio Grande do Sul e observar a criação de mecanismos retóricos de inclusão do estado no contexto político-cultural brasileiro.

Palavras-chave: Identidade social. Rio Grande do Sul. Literatura regionalista. Primeira República. Nacionalismo.

¹ Universidade de Caxias do Sul. Doutora em história social (Universidade de São Paulo). E-mail: lmurari@hotmail.com

A construção da identidade social na literatura regionalista: o caso sul-rio-grandense

Como uma das mais prolíficas correntes da produção cultural brasileira, a literatura regionalista assumiu grande relevância para a caracterização da heterogeneidade do país, para a representação dos grupos sociais marginais em relação ao processo de modernização produtiva e para a incorporação do patrimônio simbólico das camadas populares interioranas ao imaginário nacional. Sobretudo nas três primeiras décadas do século XX, quando se consagrou como expressão por excelência das propostas de exaltação nativista na criação literária, o gênero assumiu inflexões ideológicas e políticas diversas, incorporando à cultura escrita uma proposta de registro das tradições comunitárias rurais, ainda majoritárias no cenário nacional, mas virtualmente condenadas à extinção em face do avanço da modernidade, assimilada ao cosmopolitismo, à vida urbana e à indústria. Neste artigo, buscamos explorar algumas possibilidades de leitura do discurso regionalista por meio de um estudo do caso específico da literatura gaúcha das primeiras décadas do século XX, uma das mais peculiares demonstrações do potencial criativo e dos impasses ideológicos do gênero, tendo como eixo temático a criação e a fixação da identidade regional. Esperamos, assim, demonstrar que o regionalismo estabeleceu-se, no Rio Grande do Sul, como um amplo espaço de pesquisa identitária e um alentado esforço coletivo de ressignificação do passado e de apropriação da cultura popular pela linguagem escrita, na busca por restabelecer o sentido da continuidade histórica em face da instabilidade moderna, e por difundir uma imagem consolidada da idiossincrasia regional.

O “check-list” identitário gauchesco

Um dos fundamentos do regionalismo literário é sua capacidade de configurar a própria região, implantando-a na cultura letrada como um todo socialmente reconhecível e digno da lealdade de seus cidadãos, que passam a reconhecê-lo como uma de suas esferas sociais

legítimas de pertencimento. Os regionalismos buscaram no processo de criação das identidades nacionais a inspiração para definir os elementos simbólicos capazes de tornar a região reconhecível como um conjunto cultural. Regionalismo e nacionalismo, afinal, operam no sentido de promover a negociação entre a tradição comunitária e as demandas de legitimação social próprias às instituições políticas modernas. Isto significou, em primeiro lugar, a valorização do velho mundo rural, definido como mantenedor do sentido de ancestralidade. A tradição da vida campesina, relacionada ao fluxo contínuo da experiência coletiva e cotidiana, às narrativas orais e ao patrimônio herdado, foi, desde o romantismo europeu, apropriada pela produção artístico-literária, que a converteu em um estoque de referentes identitários tornados acessíveis por meio da produção cultural, dentro dos códigos de linguagem vigentes entre a população urbanizada, letrada, ou mesmo erudita. A criação das modernas identidades sociais dependia, portanto, de uma aparente negação da modernidade (THIESSE, 1999). Os costumes, práticas e narrativas ditas “pré-modernas”, somados a elementos da história, da natureza e da criação cultural, formaram aquilo que Anne-Marie Thiesse denominou o “*check-list* identitário”, uma série de emblemas capazes de resumir a originalidade de um dado grupo social. (1999, p. 14) Em suas manifestações regionalistas, o mais das vezes este processo criativo mimetizava a invenção das identidades nacionais, através do estabelecimento e da reiteração de traços tidos como “típicos”: paisagem, vestimenta, hábitos alimentares, plantas e animais, cancionero, folclore, modos de ser, comportamentos e práticas – englobando também elementos oficiais, como o hino e a bandeira. O regionalismo cria, alimenta e difunde este acervo, assumindo, em sua vertente tradicionalista, a responsabilidade por resguardar sua “pureza original”.

No caso da literatura regional brasileira da República Velha, a ideia de região – que pode ser definida por um certo território, por especificidades históricas ou naturais, por um dado modo de exploração econômica, por patrimônios linguísticos ou étnicos socialmente reconhecidos – afirmou-se a partir da sobreposição destes elementos de identidade aos limites político-administrativos dos estados, que alcançavam naquele momento inédito grau de

descentralização e, portanto, passavam a expressar suas demandas de autonomia também no campo da cultura, o que demonstra as relevantes implicações políticas do gênero. Na expressão do escritor sul-rio-grandense Alcides Maya, “ao federalismo político, definitivamente triunfante, corresponda o federalismo literário. Evitemos a centralização das letras. O Brasil não pode ser, em estética, uma dependência da Capital Federal” (MAYA, 1900, p. 95). Na literatura gaúcha, o melhor exemplo da assimilação da região ao estado é, certamente, a descrição do território realizada por Simões Lopes Neto no prólogo dos “Contos gauchescos”, no qual o autor evoca a diversidade dos aspectos geográficos característicos da geografia sul-rio-grandense, criando um mapa literário que define a área de abrangência de um patrimônio simbólico que ele se dedica a consagrar, o estado (LOPES NETO, 1999, p. 10)¹. Esta conversão da multiplicidade em uniformidade repete-se com frequência, por exemplo, na obra de Roque Callage. No conto “O minuano”, as diferenças de comportamento e sensibilidade entre o homem urbano e o rural levam o protagonista a comparar “o filho da cidade como o filho da campanha, gaúchos todos, todos produtos da mesma terra, todos com o mesmo sangue a lhes correr nas veias” (1927, p. 113). Em outro conto, ao descrever um acampamento de carreteiros improvisado no pampa, o autor define que “esse quadro bem do Rio Grande, é sempre o mesmo de norte ao sul, de extremo a extremo. Abençoa-o sempre uma rústica alegria de vida trabalhosa mais feliz” (1927, p. 11). Em ambos os casos, um único princípio abstrato de identidade é chamado a congregar as diferenças, princípio este que, afinal, se traduz na conversão do tipo humano peculiar à região sul do estado em gentílico. Roque Callage repete esta operação metonímica: “gaúcho não é só quem vive no campo com a gadaria ou quem anda a cavalo tropeando... É algo mais que isso: é a coragem decidida para tudo, é a confiança no braço forte e na energia de aço com que a natureza o dotou” (1927, p. 121).

A literatura das primeiras décadas do século XX possibilita-nos acompanhar este processo de fixação dos símbolos da identidade do Rio Grande do Sul, projeto coletivo que permitia ao estado firmar-se, no sentido cultural, como *região* à medida que o “*check-list* identitário” ia sendo preenchido. Um destes elementos era a incorporação do

patrimônio cultural popular à cultura erudita, a exemplo do trabalho dos intelectuais europeus na construção das identidades nacionais (THIESSE, 1999). A valorização das culturas regionais correspondia, portanto, à incorporação, pela cultura moderna, das tradições populares, como Alcides Maya defendeu ao pregar a realização de estudos capazes de caracterizar a poesia popular do Rio Grande do Sul como uma expressão da “psicologia da *pátria sulina*”, defendendo a adoção, pelos homens cultos, de um projeto cultural capaz de exprimir, em linguagem literária, a “produção anônima, coletiva, profundamente reveladora, que, brotando espontaneamente do seio popular, reprodu-lo na imponente de seu entusiasmo, na pureza de seu sentir e na vibratibilidade simples de seu estro” (MAYA, 1897, p. 20, p. 16). Tratava-se de coligir as narrativas orais e incorporá-las aos códigos estéticos da cultura escrita, o que, de fato, Maya nunca realizou. Este projeto foi empreendido por Simões Lopes Neto em suas “Lendas do sul”, proposta de conferir expressão literária “e talvez menos feliz” à transmissão das lendas populares pelos velhos narradores, reconhecendo que a memória do povo era afetada pelo tempo, e que, portanto, segundo ele, muito desta tradição se perdera e se deturpara – supõe-se que sua obra literária possibilitaria a fixação de uma cultura por natureza instável, que tendia ao desaparecimento (1997, p. 13). De forma inovadora, Lopes Neto adapta suas narrativas folclóricas ao estatuto de sua produção ficcional, ao inserir o narrador-personagem Blau Nunes no interior da lenda, apontando para a operacionalidade do imaginário na construção da realidade social. Tratava-se, portanto, de um esforço de apropriação, e não de registro, como explicita a personagem musicista de João Fontoura, que “sonhava heroicas sinfonias motivadas pelas populares cantigas rio-grandenses” (FONTOURA, 1912, p. 58). Assim, a música erudita converter-se-ia na forma moderna de expressão do sentimento nativista e da fidelidade à cultura regional, tal como a linguagem literária de Lopes Neto.

Nesta obra em progresso, onde não faltava polêmica, constatamos, por exemplo, que a escolha da árvore-símbolo dividiu os escritores do estado, na época, entre os partidários do umbu, característico do pampa, e os defensores da figueira, ambas as árvores convertidas, por sua longevidade, em testemunhas do seu

passado histórico. Para os primeiros, como João Maia, o umbu é a “árvore veneranda”, o “padrão inabalável da formação lendária de um povo gloriosamente predestinado!” (1925, p. 27); para Araújo Filho, a árvore era uma “testemunha viva, porém triste, solitária, muda” do passado (1987, p. 93); segundo Clemenciano Barnasque, o velho umbu do pago é um emblema da memória, ou “uma página de heroísmos”, pois “no seu tronco rugoso, velhas inscrições lembram datas, nomes e sinais” (1926, p. 27). Por outro lado, para os partidários da figueira, como Vieira Pires, “tu, velha figueira, em suma és bem como esse gaúcho” (1925, p. 7), ou, segundo Roque Callage, “toda a tua existência mais que centenária é um livro aberto onde se lêem as nossas memoráveis façanhas de antanho” (1924, p. 147)².

O pássaro-símbolo, por sua vez, o quero-quero, era já naquele momento unânime, associado à defesa da terra e, portanto, à dita “vocação bélica” do estado e sua missão de defesa do território pátrio, “sentinela alerta dia e noite, qual ronda altaneira da campina.” (CALLAGE, 1927, p. 5) Clemenciano Barnasque vai mais longe e chega a atribuir ao pássaro um papel histórico: “Chico Pedro teria surpreendido outros Porongos, se o quero-quero não fosse a vedeta da campanha, defendendo o solo do seu ninho”, escreve ele, em referência ao célebre episódio do massacre dos lanceiros negros do exército farroupilha pelas forças imperiais (BARNASQUE, 1926, p. 59). Da mesma maneira, na visão de João Maia, o rio Jacuí seria o “rio sagrado”, não apenas por ser, segundo o escritor, “exclusivamente nosso”, mas porque teria cumprido relevante papel em diversos momentos da história sul-rio-grandense, desde as invasões hispânicas, em que teria sido “o único veículo tradicional da defesa do Brasil”, até sua participação nos feitos da Revolução Farroupilha, durante a Batalha do Fanfa, passando pela guerra do Paraguai, em que transportou os voluntários da Pátria, “Pedro II à frente”. (MAIA, 1925, p. 41) Esta transcrição dos elementos naturais em marcos e personagens históricos demonstra o poder evocativo que a natureza mitificada confere à construção das identidades sociais, que assim transcendem o arbitrário, o fortuito e o eventual que há nos fatos humanos em direção   implantação de um sentido de sacralidade (SCHAMA, 1996).

Por sua vez, a paisagem emblemática do pampa parece ter sido consagrada antes pela representação literária que pela representação visual, uma vez que o paisagismo era um dos elementos característicos da prosa regionalista do início do século XX, em seu registro art-nouveau (PAES, 1985). A recorrência da descrição na prosa regionalista do início do século XX é em geral traduzida como resultado de um certo “exibicionismo retórico” característico da época, resultante da inaptidão do gênero em criar um código narrativo fluente capaz de fazer dialogar a linguagem popular e os códigos eruditos (LEITE, 1978, p. 41-54). Entretanto, o descritivismo exerceu muito mais que uma função decorativa na linguagem regionalista, seja porque participava da evocação da memória visual do ambiente nativo, seja porque, mais frequentemente, criava esta memória, traduzindo o meio físico em uma paisagem textual que acabava por se tornar familiar ao leitor, como um dos componentes mais notáveis do “*check-list* identitário”: “Depois – ondas de um mar parado – suavizam-se os contornos, diminuem-se e enlanguescem-se os montes em coxilhas amorosamente conchegadas, que enchem interminas todo o cenário” (AZAMBUJA, 1955, p. 40). Esta paisagem não deixa, contudo, de constituir-se também em elemento narrativo, pois, além de afirmar o pressuposto naturalista da indiferença da natureza frente aos dramas humanos, muito frequentemente é construída como a expressão visual de uma ambiência que representa a passagem do tempo, materializa a memória e espelha as disposições de espírito das personagens: “Ei-la, a vastidão deserta, a vastidão querida! Nunca se fartara de vê-la, de respirá-la, de senti-la, e rejubilava contemplando-a sem fim, majestosa e torva, cinturada de flamas, à rutilância do sol, por entre densas fumagens de batalha” (MAYA, 2002, p. 28).

Além disto, também em sua inflexão naturalista, a literatura gauchesca afirmava a contiguidade entre o humano e o natural, ao considerar o homem um fruto de seu território de origem, de modo que o biológico e o cultural participavam do mesmo campo de significação. A “verdadeira alma de pampa” definida por Alcides Maya, afirma a ideia de que o horizonte aberto e as extensões aparentemente ilimitadas dos campos sulinos haviam insuflado em seu tipo humano o amor à liberdade, a franqueza, o espírito aberto e aventureiro (1991, p.

83); ou, na versão de Vieira Pires, um “caráter aberto, cavalheiroso, sem as dobras da traição e os requebros da hipocrisia”, pois “a várzea gerou a liberdade. A coxilha suscitou a rebelião para conservá-la” (PIRES, 1925, p. 3-4). Dada esta mobilidade dos significados da natureza e da cultura, é notável a recorrência do termo “raça”, que resumia, na linguagem da época, tanto a composição fisiológica quanto moral do ser humano, e acabava por corresponder às noções de povo ou etnia. O estabelecimento do tipo racial representativo correspondia à descrição do gaúcho como tipo social, ou seja, o mestiço de branco e indígena que formava a plebe do campo, ocupada na guerra e nas lidas da estância. O “nariz alto e fino – nariz de gaúcho”, citado por Darcy Azambuja, descreve “o tipo conhecido e original do gaúcho andarengo [...]” (1955, p. 144), mas o intercâmbio constante entre o significado restrito do termo e o gentílico era um convite à generalização dos atributos e sua inscrição no “*check-list* identitário”.

Este processo de construção da cultura regionalista no Rio Grande do Sul não podia prescindir, por outro lado, do componente histórico, inescapável instrumento de criação das identidades sociais. A literatura das primeiras décadas do século XX foi profícua em difundir versões do passado coerentes com seu projeto ideológico. Uma de suas preocupações foi definir a gênese da sociedade gaúcha, buscando na origem elementos capazes de fazer com que a trajetória do estado ao longo do tempo assumisse um sentido de naturalidade, através de uma elocução em que se mesclavam o discurso histórico e a narrativa mítica. Um dos melhores exemplos disto é “A primeira escaramuça”, de Roque Callage, cuja linguagem ao estilo das fábulas narra aquele que seria o evento fundador da história bélica do Rio Grande do Sul, as guerras guaraníticas: “Era o início, era o começo, era o *fial*”. Surgia para a história, na resistência à desocupação das missões acertada pelo Tratado de Madri o “centauro revel, primeira expressão típica do gaúcho”, simbolizado por Sepé Tiaraju, “o herói índio das primeiras gauchadas patricias”. Segundo o escritor, foi ele o molde que definiu os modos de combate que caracterizariam o gaúcho em suas futuras lutas, e o sangue em que se formou a energia dos futuros combatentes do estado. Como origem, o passado projeta-se no tempo como o prenúncio de um destino a ser cumprido (CALLAGE, 1924, p. 20-22).

Outra forma comum de elocução histórico-mítica é a definição do que seria o “paraíso perdido” da vida gaúcha, como define João Maia em “O cenário”. Segundo ele, nos primeiros tempos, os latifúndios possuíam extensões descomunais, mas foram sendo gradativamente divididos, à medida que as terras eram transmitidas por herança. Estas primeiras divisões limitavam-se, entretanto, à instalação de padrões que demarcavam os novos limites entre as estâncias, sendo que, na maior parte do tempo, o trabalho com o gado era realizado em comum, sendo sua propriedade identificada apenas por marcas. Nas horas de folga, todos os trabalhadores reuniam-se no espaço dos galpões, “ambiente nivelador, onde se gerou a democracia rio-grandense” e onde a “bandeira da liberdade” passou a empunhada. Peões e estancieiros congregavam-se em torno do churrasco e do chimarrão – comida e bebida típicas, mais dois itens do “*check-list*” identitário –, e eram desfiadas as narrativas do trabalho no campo, do amor e das lutas. Neste tempo, entretanto, a “boemia dos campos”, ou seja, os ladrões de gado e os contrabandistas, grassavam indômitos em suas belas montarias e aperos, protegidos pelas extensões ilimitadas e pelas fronteiras indefinidas entre propriedades e países, congregados pelos caudilhos e pela guerra. Esta vivência primitiva estava, entretanto, condenada pelo lento e constante trabalho de cercamento das propriedades, em defesa contra aqueles gaúchos nômades e aventureiros: “Restringia-se, mais e mais, o cenário da perambulação, imobilizava-se o cavaleirismo andante; nostalgia-se, em definhamento, o monarca das coxilhas, insulado pelo refluxo incoercível”. Perdida a primitiva liberdade, iniciava-se o tempo da melancólica sedentarização que, com a eclosão das guerras, movia os gaúchos à destruição das fronteiras que limitavam sua liberdade. Dos dois lados do confronto, o que movia os lutadores não eram lealdades ou os ideais políticos, e sim a busca de restauração do “paraíso perdido” sem fronteiras (MAIA, 1925, p. 5-15).

Esta exemplar narrativa da “idade de ouro” recebeu diversas outras formulações, como em “Cerração”, de Vieira Pires, que relembra o tempo em que “ainda não havia esse cercame de alambrado que prende a animalada e estorva a gente pra um atalho de feição”, e “Correr eguada”, de Simões Lopes Neto, reminiscência

de quando “tudo era aberto; as estâncias pegavam umas nas outras sem cerca nem tapumes” (PIRES, 1925, p. 160; LOPES NETO, 1999, p. 48). A literatura gera, assim, um modelo próprio de escrita historiográfica, em que o que o passado é significado como um manancial simbólico de onde brotam os valores fundamentais da identidade regional, quais sejam, a liberdade, a rebeldia, a postura cavaleiresca e aventureira, o desapego material, o espírito de honra e de luta, a essência igualitária das relações sociais. A melancolia pela perda deste universo originário recai, frequentemente, decerto, num espírito de condenação da modernidade como um tempo degradado, mas é importante assinalar que a memória dos tempos ancestrais funciona, na maior parte do tempo, no sentido de conferir legitimidade a determinados comportamentos e atitudes tidas como desejáveis no presente: perdido o passado, restam seus valores, a serem recuperados pela escrita identitária e passíveis, assim, de serem constantemente atualizados e disponibilizados pela retórica político-ideológica. A já citada vocação democrática é um destes valores: “morto o velho companheiro, que jamais juntara pecúlio, a proteção e a amizade reverteram ao filho, aquela amizade funda e concentrada, niveladora de peões e de patrões, criados nas mesmas lides, onde gradua, não o nascimento ou fortuna, mas o valor de cada um” (AZAMBUJA, 1955, p. 31).

A mobilização da história do Rio Grande do Sul pela literatura regionalista teve como principal fonte de inspiração a Revolução Farroupilha, responsável por muitos dos emblemas da identidade gaúcha: seu hino e bandeira, parte importante de seu cancioneiro popular, seus grandes heróis, seus locais sagrados, sua data comemorativa. A consagração deste evento como marco histórico dependeu, entretanto, de que sua interpretação se mostrasse coerente com os valores de coesão e unidade característicos do discurso identitário. Fazia parte disto obscurecer o fato de que a então província viu-se naquela ocasião dividida entre a defesa da ordem e o ideal revolucionário, de maneira que a Farroupilha se afirmasse como uma guerra externa em que os sul-rio-grandenses puseram-se contra a tirania do Império. Tal imagem era construída, sobretudo, por omissões, valorações e deslizamentos de sentido que possibilitavam que os ideais farroupilhas fossem traduzidos como a representação dos

ideais do povo gaúcho. Por vezes, esta unidade era explicitamente enunciada: “A Província inteira dava a impressão de uma só força mobilizada, apresentando este flagrante monótono e único: o gaúcho montando a cavalo e marchando a fim de se juntar ao primeiro grupo ‘farroupilha’ que topasse” (CALLAGE, 1929, p. 98).

A conversão dos heróis farroupilhas em personagens literárias é característica da literatura regionalista, desde a obra fundadora do gênero, “O gaúcho”, de José de Alencar, em seu inflamado elogio do general Bento Gonçalves, incorporado à cena ficcional como o enunciador dos valores supremos da Revolução (2002, p. 25)³. Em sua consagração como heróis, os chefes do movimento são tratados literariamente com um misto de reverência e familiaridade. É o caso de um conto de João Maia em que um humilde canoeiro rememora o que ouvira de Bento Gonçalves, reproduzindo, em discurso direto, as palavras do general, que evoca um feito prosaico de sua juventude, uma provocação atrevida, para, falsamente humilde, gabar-se de sua dignidade, de seu instinto de luta e de sua habilidade com a espada. Os fatos desimportantes do passado acabam, no entanto, por ser remetidos pelo narrador do conto a um evento significativo no contexto revolucionário, em que, igualmente provocado, o general viu-se obrigado a duelar com o coronel Onofre Pires pela defesa de sua honra.

Em “Duelo de farrapos”, um dos “Contos gauchescos”, este mesmo embate é inserido com precisão no contexto revolucionário. A simulação da oralidade remete à fala dialetal, um item de considerável importância no “*check-list*”, sendo comum a publicação de um anexo vocabular regional ao fim dos volumes.⁴ Entretanto, o tom popular é aqui mesclado a uma elocução historiográfica explícita. Através desta, Blau Nunes afirma-se como testemunha do passado, coligindo datas, fatos, nomes, lugares, imagens e detalhes visuais que conferem veracidade ao relato, numa sucessão de eventos que culmina com a participação do próprio narrador, então auxiliar do general (LOPES NETO, 1999, p. 99-105). Diversos elementos cruzam-se nestas narrativas: a difusão dos valores desejáveis, o elogio das virtudes dos homens “superiores”, a convergência dos grandes protagonistas da história com os homens do povo, a divulgação dos fatos revolucionários, a familiarização com os heróis, a celebração

dos lugares notáveis e, no caso do conto de Simões Lopes Neto, uma brilhante fusão entre a objetividade histórica e a subjetividade do narrador, que se perde em devaneios íntimos enquanto observa o duelo, artifício que reduz a grandiloquência do discurso e remete o leitor à dimensão das lembranças e dos sentimentos pessoais, mantendo o autor no espaço ficcional (CHAVES, 2001, p. 152).

O ideal revolucionário é, na maior parte das vezes, tratado por esta literatura como uma causa popular, sendo os líderes encarnações da vontade coletiva. É o caso do conto “Farrapo”, de João Fontoura, em que Bento Gonçalves é retratado como uma espécie de gaúcho ideal, “gaúcho e tanto”, com seu “riso leve de homem superior”, “índio lindo” – expressão da etnicidade regional, associada à mestiçagem com o indígena. O texto trabalha, também, no sentido de reforçar a fixação da imagem do líder no imaginário coletivo, através de uma descrição minuciosa de sua figura: “Era homem bem apessoado. O rosto sem bigode as costeletas manchavam-no abrindo em trapézio até pouco acima dos maxilares. Olhar esperto e inteligente; cabelos longa e ondeda” (FONTOURA, 1912, p. 224-226). A maior parte do texto é dedicada a demonstrar a afeição que unia um velho estancieiro a seu cavalo, o “Farrapo”, que, apesar das muitas ofertas, nunca estivera à venda. Entretanto, quando colocado a par da identidade do recém-chegado forasteiro que havia feito uma destas ofertas, o velho acaba por entregar a ele o animal. Os peões, coletivamente, preparam o “Farrapo” para a viagem, e o estancieiro grita um “Viva o general Bento Gonçalves!”, no que é acompanhado pela peonada, erguendo os chapéus. Apenas nas últimas linhas do texto é explicitada ao leitor a identidade do viajante, artifício retórico que potencializa o tom encomiástico do conto, ao mesmo tempo em que o tema da relação simbiótica do gaúcho com seu cavalo, privilegiado pela literatura gauchesca, possibilita ao leitor aquilatar a dimensão do prestígio popular do general farroupilha (FONTOURA, 1912, p. 227).

Em suas tonalidades mais didáticas, a consagração dos heróis atua também como uma simbolização de virtudes coletivas, de maneira que os feitos dos homens excepcionais sejam mesclados à bravura dos guerreadores, proprietários e homens do povo, indiferentemente, que sustentaram a guerra em nome da defesa

dos ideais farrapos. A literatura se encarrega de retirar alguns destes do anonimato, como é o caso do (provavelmente) fictício tenente Januário Pedroso, do conto “Herói” de Roque Callage. Seu foco não está nos líderes consagrados pela história, e sim em um homem comum tocado pela causa da Revolução, o que permite generalizar as virtudes heroicas. O conto trata de conferir sentido a uma morte inglória que se dá após a batalha de Ponche Verde, ao tomar as atitudes do protagonista como manifestações exemplares do comportamento desejável inspirado pela excepcionalidade dos líderes: a absoluta fidelidade aos princípios libertários, a defesa intemorata dos ideais, a submissão aos líderes revolucionários e a absoluta renúncia aos interesses individuais – no caso, mesmo a manutenção da própria vida: “o velho tenente republicano ainda balbuciou um *viva* à liberdade gaúcha, um *viva* soturno, cavo, saindo das profundidades dilaceradas de sua alma de patriota, levada até as raias dos heróis idealistas e medievos, pela alucinação de uma crença impotente” (CALLAGE, 1914, p. 25). O “herói anônimo” nomeado ficcionalmente por Callage participa do processo de criação identitária tanto quanto os chefes militares que perpassam a narrativa como fiadores de sua ambição de emular a historiografia.

Já a Revolução Federalista será vista como a antítese desta guerra externa “contra a vontade prepotente do Império que estendia os seus braços de ferro até a última linha das fronteiras do sul”, ainda segundo este mesmo conto de Callage (1914, p. 22). Os traços sombrios de uma guerra civil fratricida contradiziam, decerto, a imagem de unidade transmitida pela guerra dos Farrapos, ainda que em detrimento da verdade histórica. Os dois movimentos assumem frequentemente, na literatura, tonalidades opostas: a Farroupilha é o mais frequentemente retratada como um evento épico (como, aliás, também as guerras em que o Rio Grande do Sul assumiu a defesa do Brasil), enquanto os relatos da Federalista giram em torno da crueldade, da vingança e da desonra.⁵ Lembre-se que, no período em estudo, o fantasma desta última tendeu a agravar a polarização que caracterizava o panorama político do estado, uma vez que o fim do conflito não representou a pacificação. Suas consequências seriam perceptíveis na ordem política do Rio Grande do Sul durante quase

toda a República Velha, até a formação da Frente Única Gaúcha, que só se deu em 1928, sob o governo de Getúlio Vargas.

Apesar disto, a dita “vocação bélica” foi consagrada em elemento constituinte da identidade regional, e incorporada ao patrimônio simbólico do gauchismo como traço de continuidade entre presente e passado. Novamente citando Callage, na voz de uma personagem que observava a Federalista: “Todo o mundo montava a cavalo e já sa ia peleando pelo seu ideal. Era lindo se ver aquilo. Lindo, mas triste, caramba! Pai contra filho, irmão contra irmão, velhos contra moços [...]” (1927, p. 77). A beleza e a tristeza da guerra descreviam, na visão dos escritores regionalistas, uma linha de continuidade histórica que permitia visualizar a natureza do ser gaúcho ao longo do tempo, dos conflitos de fronteira até a Revolu o Federalista e, em alguns casos, até a Revolu o Assisista de 1923. E esta história poderia ainda não ter se encerrado, diz Vieira Pires, uma vez que, segundo ele, apesar de findo o tempo da caudilhagem, o caudilho não teria ainda abdicado de sua condi o, sempre disposto a assumir novas causas e a congregar novos partidários, pois “não seria mesmo possível paralisar de chofre um indivíduo secularmente, hereditariamente andejo e peleador.” (PIRES, 1925, p. 190) A guerra, era, afinal, um componente inescapável da memória coletiva, pois suas narrativas, ora aventurescas, ora melancólicas, remetiam às reminiscências transmitidas entre as gera es, o que a literatura incorporava em sua proposta de reproduzir a oralidade e mimetizar os espaços de sociabilidade do meio rural, possibilitando a fixa o e a difusão do vivido, doravante em registro escrito: “E pela memória, rápido, passaram as histórias gauchescas, heroicas, contadas pelo av  em noites frias, ao p  do fogo” (FONTOURA, 1929, p. 32).

O velho Severo do conto “Velhos tempos”, por exemplo, não conseguia adaptar-se às transforma es sociais modernizantes, simbolizadas pelas novas atividades econ micas, pelas inova es tecnológicas e pela coloniza o europeia. E, além disto, o fim do ciclo guerreiro tornava o presente sombrio a seus olhos, uma vez que este não se comunicava com um passado que “era todo ele de lutas era, o passado mesmo dos seus pagos.” A brusca retomada da história bélica do Rio Grande do Sul, com a Revolu o Assisista de 1923, vem dar ao velho um novo alento, pois “a memória realizava-

se”, e o tempo das invasões parecia ter voltado, com a agitação que invadia a fronteira, os guerrilheiros que se moviam, o contrabando de armas, a improvisação das forças, a movimentação das manadas em busca de invernadas seguras. “Agora sim, os seus pagos tinham revivido”, mas este refluxo no tempo dava-se, atenta o narrador, às custas da destruição de tudo aquilo que havia sido construído ao longo de anos (AZAMBUJA, 1955, p. 85, p. 93-94).

O passado, portanto, contradizia o presente: a tarefa de patrimonializá-lo implicava que ele estivesse definitivamente vencido, o que nem sempre parecia ser o caso, uma vez que os conflitos políticos internos continuavam adicionando um componente de violência à vida do estado. A recorrência de personagens similares ao jovem Miguelito de “Ruínas vivas”, de Alcides Maya, seduzido pelas narrativas de guerra e incapaz de encontrar seu lugar no mundo, pode ser lida como uma expressão de um dos aspectos mais problemáticos deste processo de construção identitária. Vê-se que, além da tarefa “pedagógica” de preencher o “*check-list*”, os escritores gaúchos das primeiras décadas do século XX trataram, também, de refletir sobre a sociedade em que viviam e seus futuros possíveis. Estes problemas ficavam mais claros quando, em questão, estava a inserção do Rio Grande do Sul no Brasil.

Pela integração da Pátria comum

A cultura regionalista surge, geralmente, em relação a um nacionalismo preexistente, relacionada à representação dos ritmos desiguais de difusão do processo modernizador, incorporando à cultura nacional manifestações criativas relacionadas a espaços socialmente subalternos. Ao traduzir as diferenças internas dentro do corpo nacional como diversidade, e não como dissidência, o regionalismo acaba por ressaltar a riqueza da nação e por reconhecer a lealdade superior a ela devida (THIESSE, 1991). No caso do regionalismo brasileiro do período em questão, pode-se dizer que ele se impôs como um projeto de abrangência nacional, dotado de uma estética, de um modelo discursivo e de um programa únicos. A literatura regional brasileira trabalhava, certamente, “pela integração da Pátria

comum”(LOPES NETO, 1999, p. 10). Sua legitimação se deu antes ideológica que esteticamente, ao veicular um sentido de nativismo entre a europeizada elite cultural brasileira. Nesta lógica reside um pressuposto de organicidade, que oferece às partes o reconhecimento de sua validade e dos diferentes papéis exercidos por elas na manutenção da integridade do todo, ao mesmo tempo em que limita sua capacidade de exprimir conflitos. Além disto, a lógica organicista dominante impunha a crença de que as variações culturais refletiam as determinações do clima, do solo, da paisagem, forças ativas na criação das tradições e das idiossincrasias nacionais e regionais, que derivariam do enraizamento dos diferentes grupos sociais em seu meio natural específico (SCHLANGER, 1995, p. 153).

Há, entretanto, a possibilidade de que as demandas regionalistas e nacionalistas possam vir a se opor em determinadas circunstâncias históricas – em especial, que regionalismos possam vir a se converter em nacionalismos, ou seja, defendam seu direito de autodeterminação através de demandas separatistas. Apesar de seus traços em comum, as especificidades do nacional e o do regional podem derivar em dissensão, especialmente se ameaçada a posição superior do nacional na hierarquia das lealdades políticas, ou se rompido o pressuposto organicista que estabelece a diretriz comum a que devem submeter-se as distintas funções exercidas pelas partes no todo. O caso do Rio Grande do Sul é, neste sentido, exemplar, uma vez que as peculiaridades de sua trajetória histórica e de sua formação cultural poderiam vir a ser traduzidas como a expressão de uma diferença tão profunda que o tornaria irreduzível às injunções do nacional. Na vida cultural da Primeira República, três principais obstáculos apresentavam-se como ameaças à identificação imediata da identidade regional gaúcha com o nacionalismo brasileiro: a história de guerras que particularizava o estado no contexto nacional, seu passado separatista durante a Revolução Farroupilha e a influência cultural exercida pelos países platinos sobre sua formação⁶. Estes fatores acabaram por tornar o regionalismo gaúcho uma manifestação cultural fortemente nacionalista, pois o forçaram à explicitação – e mesmo à exacerbação –, de sua fidelidade ao Brasil, o que se mostrava desnecessário no caso das manifestações culturais de estados de “brasilidade” inquestionada.

O regionalismo gaúcho devotou-se, assim, intensamente, a demonstrar sua lealdade à causa brasileira, como uma forma de responder às afirmações de sua excepcionalidade. A história marcial do estado acabava, por vezes, assimilada à violência crônica derivada do caudilhismo hispânico. Neste sentido, o escritor regionalista Alcides Maya afirmava, em obra de 1900, que “O Rio Grande, no Brasil, para os brasileiros, é uma espécie de Macedônia de atraso e de barbarismo”, o que tinha como corolário, segundo ele, a fraqueza de sua vida intelectual: enquanto os gregos exercitavam sua capacidade de intelectual, aos selvagens macedônios restariam apenas suas qualidades de cavaleiros (MAYA, 1900, p. 93). Derivava daí, na visão do escritor, a participação marginal do Rio Grande do Sul na produção cultural brasileira, uma vez que suas energias teriam sido sugadas pela dedicação à guerra, espécie de auto-imolação que implicava a renúncia dos interesses próprios em nome da defesa da pátria. Curiosamente, embora declare sua revolta contra esta imagem distorcida do estado no restante do país, Maya acaba por endossar o estereótipo, ao defender a ideia de que, uma vez superada a fase bélica, o estado poderia, enfim, dedicar-se mais intensamente às produções do espírito, convertendo este passado em tema literário, ou seja, em componente histórico fundamental para a construção do patrimônio identitário do estado, negando, entretanto, a validade da guerra como solução política para seu tempo⁷.

Uma maneira de contrabalançar esta ameaça à brasilidade do Rio Grande do Sul era reverter o passado de guerras a uma função nacionalista. Esta é a operação ideológica empreendida por João Maia, que define o patriotismo como o cerne da identidade regional, pois a missão histórica cumprida pelo estado demonstrava que “existia, latente, um sentimento na individualidade gaúcha: o sentimento patriótico”, único elemento regulador da conduta do homem livre da campanha. O exemplo citado pelo autor é, neste caso, a Guerra do Paraguai, em que o estado, “integrado na coletiva aspiração da desforra nacional”, retomava seu papel histórico de proteger o território contra as invasões insistentes do elemento hispânico (MAIA, 1925, p. 8). O conto “Velho Manduca”, de João Fontoura, consagra esta guerra e reúne os elementos fundamentais de sua rememoração, quais sejam, o elogio de Osório, a detração

de López, a recapitulação das batalhas, a demarcação dos lugares célebres e, sobretudo, a reiteração do patriotismo gaúcho: “O cavalo do porta-bandeira rodou num buraco de *tuco-tuco*, e foi meu irmão quem o salvou na garupa, abraçado ao pendão do Brasil! Tremo até quando me alembro; porque não há como defender a Pátria!” O autor do conto sugere, por outro lado, que a difusão destas narrativas no imaginário coletivo extrapolava a experiência propriamente dita, ao se consagrarem como um patrimônio comum que poderia ser transmitido entre as gerações, tanto pela oralidade quanto pela escrita: ao final do conto, o verborrágico narrador, entusiasta da Guerra do Paraguai, acaba por confessar que não participara dela (FONTOURA, 1929, p. 45).

Quanto aos conflitos internos que também caracterizavam a história marcial do estado, não havia como legitimar a violência entre as facções que disputavam o poder regional, mas era possível fazer com que a crítica à situação política do estado na República Velha fosse convertida à causa da afirmação nacionalista. É o que faz Alcides Maya, em um conto que dramatiza o impacto negativo das lutas políticas do Rio Grande do Sul sobre suas potencialidades de progresso social e material, ressaltando que o antagonismo entre as duas famílias retratadas, de facções opostas na política regional, apenas arrefecera quando em questão estavam os destinos do Brasil: “só nos campos do Paraguai os representantes de ambas solidarizaram na mesma fileira” (MAYA, 2003, p. 45). João Maia escreveu também um conto exemplar neste sentido, ao descrever a trajetória de um jovem gaúcho que, estando no Rio de Janeiro por ocasião da conflagração da Revolução Federalista, abandona o conforto e as oportunidades de ascensão social que haviam sido oferecidas a ele pelo governo republicano para combater o que acreditava ser a invasão da fronteira sulina pelo inimigo estrangeiro. No entanto, este jovem acaba por desertar das tropas quando descobre que aquela era uma guerra civil, uma “guerra entre irmãos” que não apenas perturbava a vida do estado, como comprometia sua integração à nação brasileira (MAIA, 1925, p. 24).

O segundo problema a ser enfrentado neste processo de anulação das potenciais ameaças à integração do regionalismo gaúcho à matriz nacionalista era o passado separatista da Revolução

Farroupilha. Em seu ensaio sobre o espírito bélico do gaúcho, Roque Callage atribui à Revolução o sentido de uma revolta do espírito público contra o abandono do estado pela nação brasileira, apesar de todos os sacrifícios que o Rio Grande do Sul teria feito em prol da defesa de sua soberania e integridade territorial. O autor acaba, entretanto, por glorificar o patriotismo de ambas as partes, pois, segundo, ele, o instinto cívico de Bento Gonçalves, que despertou a inata disposição bélica do gaúcho, “animou a mesma centelha patriótica, aquela mesma bravura indomável que renasceu em Sousa Neto, que se elevou em Osório e que se alteou no último Marques de Sousa” (CALLAGE, 1929, p. 99). Neste caso, a retórica embota o significado e neutraliza o conflito entre a nação e a região, sendo igualmente louvados os heróis da legalidade e os revolucionários, procedimento paradoxal, por certo, mas útil à demanda de legitimação da guerra. Outro argumento capaz de reconciliar a Revolução com o nacionalismo era aquele que associava o movimento a uma premonição do futuro republicano do país, defendendo-se a lenda Farroupilha como guia dos destinos nacionais. As sementes da liberdade plantadas por Gomes Jardim seriam, portanto, “sementes que não fenecem, semeadas no solo úbere da Pátria; a outra refloriu mais tarde, na evidência promissora de 89 [...]” (BARNASQUE, 1926, p. 83). Ao assimilar a Revolução ao republicanismo, o argumento regionalista religava o estado, a nação e o regime, este sim, definido como coerente com a índole nacional, ao contrário da monarquia.

A superação deste fantasma do separatismo poderia, também, ser realizada através de uma determinada interpretação do passado que possibilitasse a defesa da causa revolucionária como uma causa, em última instância, nacionalista, o que era possível desde que se desvinculasse o inimigo combatido, o Império, e a nação brasileira. A causa magna da luta contra a tirania demonstrava a vocação do gaúcho para a defesa da liberdade e da justiça, reforçando o argumento da missão histórica do Rio Grande do Sul – que, desta forma, assume função de vanguarda no contexto nacional. É esta a operação ideológica realizada por João Fontoura no conto “A filha do posteiro”, no qual o protagonista, entusiasta do ideal revolucionário e da modernização tecnológica e produtiva do estado, afirma que, com a vitória farroupilha “não só os *farrapos* serão os

vencedores. A derrota dos Caramurus é uma vitória inconsciente para eles próprios”. Afinal, “ora, como os farrapos, eles estão sob a tirania do mesmo governo. Se eles vencerem continuarão subjugados. Se perderem, libertar-se-ão, porque junto a homens de livre ação libertos pela índole e pela vontade de ferro do gaúcho forte, eles também se tornarão livres, desenvolvendo a vontade, o pensar, o sentir” (FONTOURA, 1912, p. 153). Curiosamente, embora engajado no publicismo farroupilha, este conto não omite a divisão do estado, sublinha a colaboração de rio-grandenses de todas as regiões do estado com a legalidade, e tampouco nega idealismo aos “caramurus”. O discurso subjacente é o da missão histórica de liderança do Rio Grande do Sul no contexto nacional, a ser retomado pela propaganda da Aliança Liberal e pelos defensores da Revolução de 1930 com o lema da “rio-grandensização” do Brasil⁸.

E, finalmente, a inscrição do regionalismo gaúcho em uma diretriz cultural nacionalista dependia de enfrentar a questão da influência platina na formação do Rio Grande do Sul. Do ponto de vista da literatura, a gauchesca argentina e uruguaia havia já se consagrado como uma manifestação cultural legítima do ambiente do pampa, região geográfica de características bem definidas que se estendia ao Rio Grande do Sul sem solução de continuidade. A literatura regionalista gaúcha do início do século XX contornou o problema ao buscar filiar-se explicitamente ao regionalismo brasileiro, de que dá testemunho a admiração devotada por Simões Lopes Neto e Alcides Maya a Coelho Neto, uma das grandes referências intelectuais da época e um dos grandes forjadores da estética e da linguagem da literatura de fundo nativista produzida no Brasil. No caso de Simões Lopes Neto, são conhecidas as cartas que recebeu em agradecimento à dedicatória do conto “O negrinho do Pastoreio”, e que demonstram a reciprocidade da proposta de associação da cultura popular gaúcha ao patrimônio literário brasileiro (COELHO NETO, 1946). Da parte de Alcides Maya, muito influenciado pela prosa de Coelho Neto, é representativa a crônica que publicou no jornal carioca “A Noite” em 1919, confessando a nostalgia do pampa que havia sido nele inspirada pela leitura de uma coletânea de contos regionais nortistas: “Versando temas do Norte, o seu trabalho, a despeito de todas as falhas e jacus de uma estreia, acordou a minha

saudade invencível das amplas solidões rio-grandenses... Como somos parecidos no interior brasileiro!” Ao defender a semelhança entre os diversos tipos humanos do interior do país, e aí incluir o tipo gaúcho, o autor argumenta que a única forma de unidade no Brasil era a “cultura moral e mental” herdada das tradições populares de raiz portuguesa.

Outro mecanismo utilizado para promover a desassociação entre o gaúcho brasileiro e o *gaúcho* platino era a consagração do elemento hispânico como o antagonista por excelência do povo sulino de origem lusa, o que adiciona mais um elemento ao “*check-list* identitário”: a tipificação do inimigo. Como identidades não se constroem sem equivalentes alteridades, a literatura regionalista dará diversos exemplos de uma oposição maniqueísta entre o “honrado” brasileiro e o “traidor” platino, como no conto de Roque Callage em que o protagonista é assassinado pelas costas por um argentino, depois de ter defendido os brasileiros das ofensas dirigidas “à sua pátria e aos seus patrícios” (CALLAGE, 1924, p. 44). Este exemplo ilustra, em dimensão micro, a tese da missão defensiva cumprida pelo Rio Grande do Sul na história brasileira, em face da ameaça hispânica, que é tanto física – em termos da conquista do território –, como moral – à medida que o “outro” é definido como a negação do caráter idealista, disciplinado, honrado e civilizado do tipo local. O próprio Callage, entretanto, havia já se enredado no tema num artigo sobre o caudilhismo na Argentina, ressaltando a origem comum entre o Rio Grande do Sul e os países platinos para encetar uma crítica política ao regime então instalado no estado, pois “se por um lado impugnamos esses gestos que a sociologia coloca na mais baixa escala moral, por outro lado, até certo ponto aceitamos, justificando ao mesmo tempo todos os atos dos dirigentes da coletividade” (CALLAGE, 1920, p. 23).

Esta manipulação do tema da influência platina demonstra a plasticidade que reveste o jogo identitário, o que torna as manifestações regionalistas menos didáticas do que podem parecer através do estudo do “*check-list*”. O melhor exemplo, neste caso, é o conto em que Darcy Azambuja imagina uma situação dramática em que a inimizade entre um brasileiro e um castelhano gera uma vingança despropositada e desastrosa que tem, como principal vítima, um

brasileiro (AZAMBUJA, 1955, p. 47-57). De fato, nem sempre a literatura regionalista gaúcha dedicou-se a criar e consagrar clichês. Já nas primeiras décadas do século XX, observam-se manifestações críticas que demonstram o quanto o estabelecimento dos traços distintivos do tipo local poderia representar sua petrificação em torno de estereótipos que comprometiam a liberdade individual e obliteravam a mudança histórica. Os literatos sul-rio-grandenses não deixaram de cumprir sua função pedagógica, mas não a cumpriram com exclusividade. Muito frequentemente, sua práxis extrapolou o programa, e eles voltaram seus olhos para sua contemporaneidade, tornando sua literatura não uma viagem passadista ao tempo morto da tradição e da história, mas uma viagem no espaço, em direção a um mundo rural que restava como memória viva de uma grande experiência coletiva, ou que, tocado pela modernidade, passava a ter seus modos de vida, seus ritmos e seu patrimônio simbólico extremamente perturbados. Sob o rótulo de “regionalismo” abrigam-se visões diversas e às vezes contraditórias que este artigo, escrito em busca da identificação de um processo dialógico de invenção identitária, não se pretendeu a abarcar.

The construction of social identity by regionalist literature: the case of Rio Grande do Sul

Abstract. This paper intends to investigate the process of creation and diffusion of regional identity in Rio Grande do Sul, by studying literary and essayistic works published from the last years of 19th Century to 1930. In order to define their cultural specificity, writings by several authors are analyzed, by means of the concept of “identitary check-list”. This concept refers to the typical characteristics of a region or nation, in general related to nature, history, ethnicity, social practices, dialectal expressions and popular culture. Therefore, we examine the relation between regionalism and nationalism in Rio Grande do Sul, emphasizing the rhetorical mechanisms employed to connect the state to the nation, and the ones meant to obliterate possible uncertainties about its belonging to Brazilian culture.

Keywords: Regionalist literature. Social identity. Rio Grande do Sul (Brazil). Nationalism. First Republic (1889-1930).

Notas

¹ No caso do uso de reedições recentes das obras analisadas, serão referenciadas a data da publicação utilizada e a data da edição original.

² Não foram encontradas referências, na literatura desta época, à erva-mate, que bem posteriormente receberia o título oficial de “árvore símbolo” do estado, possivelmente devido ao hábito do chimarrão.

³ Sobre o projeto regionalista de Alencar e sobre o regionalismo romântico no Rio Grande do Sul, ver Chaves (2001, c. 1, 2).

⁴ O escritor Roque Callage radicalizou esta prática, publicando um “Vocabulário gaúcho”, em 1926, reeditado com acréscimos em 1928 (CALLAGE, 1928).

⁵ Ver, a este respeito, a crônica “Trinta e cinco e noventa e três”, de Carlos Dante de Moraes, em que o autor compara a desenvoltura com que pais e avós falavam dos heróis da Revolução Farroupilha com a perplexidade e a ausência de poesia com que se falava da Federalista. Decerto, tendo o autor nascido em 1902, os fatos desta última ainda eram muito recentes durante sua infância, como ele próprio observa (MORAES, 1959, p. 125-175).

⁶ Para um estudo do tratamento historiográfico destes temas, ver Gutfreind (1992), sobretudo em seu capítulo “O Rio Grande do Sul na década de 1920 sob o signo da nacionalidade: a projeção política no contexto nacional e a reorientação historiográfica”.

⁷ A obra ficcional de Maya cumpriu, a seu modo, este programa, ao demonstrar o peso da história marcial do estado, e representar uma contemporaneidade disfórica em que o apego ao passado representava a renúncia ao presente (MURARI, 2008).

⁸ Alcides Maya postula, em artigo de 1913, que a ideia da “rio-grandensização” do Brasil foi lançada pelo senador liberal Gaspar Silveira Martins, ainda no Império (MAYA, 1913). Sobre a infiltração dos temas regionalistas na propaganda revolucionária, ver Leite (1978, p. 165-175).

Referências

ALENCAR, José de. *O gaúcho*. Porto Alegre: LePM, 2002 [1ª ed. 1870].

ARAÚJO FILHO, Luiz. *Recordações gaúchas*. Porto Alegre: Aplub: PUCRS; IEL, 1987 [2ª. ed. 1905].

AZAMBUJA. *No galpão*. 7ª ed. Porto Alegre: Globo, 1955 [1ª ed. 1925].

BARNASQUE, Clemenciano. *No pago*. Manchas pampeanas. 2ª ed. aumentada. Porto Alegre: Globo, 1926.

A construção da identidade social na literatura regionalista...

- CALLAGE, Roque. *Terra gaúcha*. Scenas da vida riograndense. Porto Alegre, 1914.
- _____. *Terra natal*. Aspectos e impressões do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso & C. 1920.
- _____. *Rincão*. Scenas da vida gaúcha. 2ª ed. Porto Alegre: Globo, 1924.
- _____. *Vocabulário gaúcho*. 2ª. ed. cor. aum. Porto Alegre: Globo, 1928.
- _____. *Quéro-quéro*. Scenas crioulas. Porto Alegre: Globo, 1927.
- _____. *No fogão do gaúcho*. Porto Alegre: Globo, 1929.
- CHAVES, Flávio Loureiro. *Simões Lopes Neto*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: Ed. da Universidade, 2001.
- COELHO NETTO. Duas Cartas de Coelho Neto. *Província de São Pedro*. Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 168, mar. 1946.
- FONTOURA, João. *Nas coxilhas*. Contos gaúchos. Rio de Janeiro: Gomes Pereira, 1912.
- _____. *Umbú*. Contos gaúchos. Segunda série. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1929.
- LEITE, Lígia Chiappini Moraes. *Regionalismo e Modernismo*. O “caso” gaúcho. São Paulo: Ática, 1978.
- LOPES NETO, João Simões. *Lendas do sul*. Porto Alegre: Martins, 1997 [1ª ed. 1913].
- _____. *Contos gauchescos*. Porto Alegre: Martins, 1999 [1ª ed. 1912].
- MAIA, João. *Pampa*. Episodios regionalistas. Porto Alegre: Globo, 1925.
- MAYA, Alcides. *Pelo futuro*. Porto Alegre: Franco & Irmão, 1897.
- _____. Affonso Arinos. Pelo sertão. Porto Alegre, *Correio do Povo*, 01 out. 1898. p. 1.
- _____. *Ruínas vivas*. 2ª. ed. Porto Alegre: Movimento, 2002 [1ª ed. 1910].
- _____. *Através da imprensa* (1898-1900). Porto Alegre: Octaviano Borba & C., 1900.
- _____. *Tapera*. 3ª ed. Porto Alegre: Movimento; Santa Maria: UFSM, 2003 [1ª ed. 1911].
- _____. Actualidade política. O novo governo. Porto Alegre, *O Diário*, 24 jan. 1913.
- _____. Alma sertaneja. Rio de Janeiro. *A Noite*, 04 fev. 1919. p. 1.

_____. *Alma bárbara*. 2ª ed. Porto Alegre: Movimento; Universitário, 1991 [1ª ed. 1922].

MORAES, Carlos Dante de Moraes. *Figuras e ciclos da história rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1959.

MURARI, Luciana. Água parada. O olhar da modernidade na ficção de Alcides Maya. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXXIV, n. 2, p. 150-167, dezembro 2008.

PAES, José Paulo. O art-nouveau na literatura brasileira. In: _____. *Gregos e baianos*. São Paulo: Brasiliense, p. 64-80, 1985.

PIRES, Vieira. *Querencia*. Contos regionais. Porto Alegre: Globo, 1925.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHLANGER, Judith. *Les métaphores de l'organisme*. Paris: L'Harmattan, 1995.

THIESSE, Anne-Marie. *Écrire la France*. Le mouvement littéraire régionaliste de langue française entre la Belle Époque et la Libération. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

_____. *La création des identités nationales*. Europe XVIII^e- XX^e siècle. Paris: Seuil, 1999.

Recebido em 27/11/2009

Aprovado em 01/04/2011